

ROBERTO MACEDO

O tamanho dos sapos

ESTADO DE SÃO PAULO

Quem vai trabalhar em Brasília, particularmente na área econômica, rapidamente percebe seu envolvimento com a arte de engolir sapos, vendo-se na contingência de aceitar decisões políticas que não são recomendáveis, tanto do ponto de vista administrativo como pelo lado financeiro, entre outros aspectos. Para os que não estão dispostos a engolir sapos de nenhum tamanho, há



Há quem, por impotência ou conveniência, engula bichos de qualquer dimensão

uma escala de tolerância com o limite definido por critérios próprios, entre os quais se incluem questões éticas, o grau em que a decisão alternativamente tomada compromete aquilo que se gostaria de fazer, e a existência de opções profissionais quando se percebe que é chegada a hora de "pedir o chapéu". Assim, há uma graduação de sapos que começa pelos girinos, sapinhos e pererecas, até alcançar os de grande dimensão, com cada um que lá trabalha definindo o seu limite. Evidentemente há quem, por impotência ou conveniência, engula bichos de qualquer dimensão.

Nesse caso do reajuste dos servidores públicos federais, havia um sapo-boi proposto pelo ministro-chefe da Administração, estabelecendo um reajuste geral de 28% para o funcionalismo federal como um todo. Segundo os jor-

nais, esse o ministro Ricúpero rejeitou, disse que não dava e ameaçou sair. Além do chapéu, acho que pediria também o sobretudo, como convém a um bom diplomata, acostumado a climas mais frios e menos secos que o de Brasília.

Ainda segundo o noticiário, o ministro aceitou, entretanto, deglutir um sapo menor, de 35% em quatro parcelas, para os militares, e 14,28% para os civis, em duas vezes. Já

trabalhei com esses reajustes em prestações: servem para diminuir o tamanho do sapo para quem engole e dar a ilusão de uma dimensão maior para o funcionalismo contemplado com o reajuste. Por exemplo, se um técnico propõe, digamos, dois reajustes sucessivos de 50% sobre a mesma base, a área política prefere anunciá-lo como um reajuste de 100% em duas etapas. A imprensa costuma cair nessa com manchetes do tipo: *Governo dá 100% ao servidor*.

Conhecendo o ministro Ricúpero, acredito que foi suficientemente criterioso ao medir a refeição, para evitar indisposições fiscais e complicações monetárias. Mas acho que a coisa esteve ali na ponta do limite e veio também com saponáceo, deixando arranhões e um gosto ainda pior na boca. Como aqui fora continua havendo uma certa inquietação

com o lado fiscal do Plano Real, espero que o trauma não o impeça de usar a voz para esclarecer como ficaram as coisas por esse lado. Nos meios diplomáticos e governamentais, é comum usar a hora da sobremesa para algum discurso ou esclarecimento. Aliás, seria bom se ele tivesse algum doce para anunciar, ou seja, alguma medida fiscal que compensasse o estrago feito pelo sapo. Sem isso o aumento concedido aos servidores pode reduzir a confiança no plano, pois já existe uma sensação de desconforto fiscal.

É preciso ficar também bem claro que o problema está longe de ser resolvido. A coisa vai sobrar para o próximo governo que logo no início terá diante de si um enorme e variado cardápio de sapos sugeridos por mestres de várias escolas, alguns deles inescrupulosos. Assim, alguns pratos poderão estar listados como variedades de um nome mais chique, os chamados "anfíbios anuros", mas é bom saber que alguns deles são venenosos e mortais para o fim da inflação e a retomada do desenvolvimento, por mais reais que sejam os planos do governo se este conseguir fazer FHC seu sucessor. Se ganhar o Lula, o cardápio se combinaria com planos irrealistas e seria preciso esquecer estes para evitar um desastre de enormes proporções.

Como foi concedido um reajuste de salários sem alteração das graves distorções que existem na administração do funcionalismo federal (estabilidade generalizada, aposentadoria em idade pre-

coce e incentivada por um ganho de 20% no momento em que ocorre, crescimento exagerado da folha de inativos, falta de incentivos para o bom desempenho e de punição para o caso contrário, seria carência de programas de treinamento e retreinamento, e por aí fora), diminuiu-se também a perspectiva de resolvê-los mais rapidamente, com o adiamento de mais uma oportunidade nessa direção, pois entendo que as concessões salariais deveriam ser barganhadas por correções desses problemas estruturais.

Sei que é difícil fazer isso, principalmente em fim de governo, mas o que vier não poderá continuar procrastinando o enfrentamento desses problemas. Se o fizer, terá comprometida a sua administração pelos quatro anos de duração do mandato, bem como as administrações futuras, que também ficarão prejudicadas pela ausência de soluções definitivas. E, o que também seria desastroso, se houver a omissão tanto no Executivo como no Legislativo, no dia 3 de outubro o eleitor estará engolindo, sem saber e como de outras vezes, um sapão-executivo disfarçado de bife de filé mignon, mais pedaços menores num "stroganoff" de sapos-legislativos, só percebendo o engodo quando tiver que digeri-los no período de mais um frustrante e desconfortável exercício de mandatos.

■ Roberto Macedo é professor da FEA-USP e da Universidade Mackenzie e pesquisador da Fipe e do Instituto Fernand Braudel, ligado à FAAP